



DIÁRIO OFICIAL

Município de Guzolândia – SP

Eletrônico

www.guzolandia.sp.gov.br

Ano 2026 Edição nº 1071

segunda-feira, 16 de março de 2026

Lei Nº 2146, de 14 de abril de 2021

Expediente

O Diário Oficial do Município de **Guzolândia**, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

Acervo

As edições do Diário Oficial Eletrônico de **Guzolândia** poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico. www.guzolandia.sp.gov.br.

As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

Certificação Digital

Esta publicação é certificada digitalmente.

Entidade

Prefeitura Municipal de Guzolândia

CNPJ: 45.746.112/0001-24

Av. Pascoal Guzzo, 1065 - Centro

Cep: 15355-000 - Telefone:(17) 3637-8700

Sumário

Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Guzolândia

PÁGINA 02:

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

PÁGINA 03 A 04:

PORTARIAS

PÁGINA 05:

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PÁGINA 06 A 07:

RESOLUÇÃO CMDCA

PÁGINA 08 A 19:

MINUTA DE REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO TUTELAR

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001.

O Município de Guzolândia garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.guzolandia.sp.gov.br





DIÁRIO OFICIAL

Município de Guzolândia - SP

Eletrônico

www.guzolandia.sp.gov.br

Ano 2026 Edição nº 1071

segunda-feira, 16 de março de 2026

Lei Nº 2146, de 14 de abril de 2021



Prefeitura Municipal de Guzolândia

"Paço Municipal Prefeito Antonio Pereira de Carvalho"

ESTADO DE SÃO PAULO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA-SP LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

A Prefeitura Municipal de Guzolândia, em cumprimento ao Art. 2º. Da Lei Federal nº. 9452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os PARTIDOS POLÍTICOS, OS SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS, com sede no município, da liberação de recursos federais, destinados a este município.

Recurso	Competência	Data do Recebimento	Valor R\$
SCFV - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO		02/02/2026	RS 3.930,92
PISO BÁSICO FIXO (PAIF)		02/02/2026	RS 4.416,76
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS		09/02/2026	RS 10.500,00
INCENTIVO FIN DA APS – EMULTI		09/02/2026	RS 2.062,50
ATENÇÃO À SAÚDE PROC. NO MAC		09/02/2026	RS 651,20
INCENTIVO FIN VIG EM SAÚDE		09/02/2026	RS 1.269,47
AGENTES DE COMB ÀS ENDEMIAS		09/02/2026	RS 6.484,00
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		10/02/2026	RS 1.507,30
ACS - AGENTES COM DE SAÚDE		11/02/2026	RS 22.694,00
INCENTIVO FINANCEIRO DA APS		11/02/2026	RS 49.800,00
INCENTIVO FIN DA APS – EMULTI		11/02/2026	RS 14.250,00
ROYALTIES DE ITAIPU		19/02/2026	RS 1.519,66
QSE - QUOTA SAL -EDUCAÇÃO		20/02/2026	RS 21.842,41
COTA-PARTE DO FUN ESP PET		24/02/2026	RS 14.120,84
CFEM		25/02/2026	RS 219,24
COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO		25/02/2026	RS 12.198,32
PNAE - ENSINO FUNDAMENTAL		27/02/2026	RS 12.365,00
PNAE - ENSINO MÉDIO		27/02/2026	RS 4.055,50
PNAE - ENSINO CRECHE		27/02/2026	RS 3.218,50
PNAE - ENSINO PRÉ ESCOLA		27/02/2026	RS 2.077,00
PNAE – AEE		27/02/2026	RS 195,00
TRANSFERÊNCIAS DA LC nº 176/2020		27/02/2026	RS 2.246,88

Guzolândia- SP, 13 de março 2026.

Luiz Antonio Pereira de Carvalho
Prefeito Municipal

Wuylian Matos de Souza
Diretor Adm. e Financeiro

Av. Paschoal Guzzo, Nº. 1065 – FONE (17)36378700 – FAX 36371146 – CEP:15355-000
CNPJ (MF) Nº. 45.746.112/0001-24 e-mail: prefeitura@guzolandia.sp.gov.br

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2. de 2001.

O Município de Guzolândia garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.guzolandia.sp.gov.br

Diário Oficial Eletrônico – Guzolândia – SP

Página

2





Prefeitura Municipal de Guzolândia

"Paço Municipal Prefeito Antonio Pereira de Carvalho"
ESTADO DE SÃO PAULO

Portaria nº 057, de 13 de março de 2026.

**“PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA
CONCLUSÃO DO PROCESSO
ADMINISTRATIVO 8456/2025, INSTAURADO
PELA PORTARIA PELA PORTARIA 10/2025.”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA, Comarca de Auriflamma, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e,

CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº 8456/2025, por meio da Portaria nº 10, de 14 de janeiro de 2026, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município em 15 de janeiro de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de realização de diligências complementares imprescindíveis para a completa elucidação dos fatos e a devida instrução processual, garantindo-se a ampla defesa e o contraditório;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Comissão Processante, solicitando a dilação do prazo para a conclusão dos trabalhos;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 201 da Lei Complementar Municipal nº 078, de 13 de dezembro de 2023, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Guzolândia e autoriza a prorrogação do prazo para conclusão de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante encarregada da condução do Processo Administrativo Disciplinar nº 8456/2025, instaurado pela Portaria nº 10, de 14 de janeiro de 2026.

Art. 2º A Comissão Processante deverá, dentro do novo prazo estabelecido, concluir as diligências complementares necessárias e apresentar o relatório final conclusivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de vencimento do prazo original, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Guzolândia, aos 13 de março de 2026.

Luiz Antônio Pereira de Carvalho

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e Publicado na Secretaria da Prefeitura Municipal de Guzolândia – DOM.

Thales Natal Tieni Pereira

Procurador Geral

Sônia Regina Antunes Duarte

Secretária

Av. Paschoal Guzzo, Nº. 1065 – FONE (17)36378700 – FAX 36371146 – CEP:15355-000
CNPJ (MF) Nº. 45.746.112/0001-24 e-mail: prefeitura@guzolandia.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guzolândia

"Paço Municipal Prefeito Antonio Pereira de Carvalho"
ESTADO DE SÃO PAULO

Portaria nº 058, de 13 de março de 2026.

“PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 030/2026, INSTAURADO PELA PORTARIA PELA PORTARIA 11/2025.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA, Comarca de Auriflâma, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e,

CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº 030/2026, por meio da Portaria nº 11, de 14 de janeiro de 2026, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município em 15 de janeiro de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de realização de diligências complementares imprescindíveis para a completa elucidação dos fatos e a devida instrução processual, garantindo-se a ampla defesa e o contraditório;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Comissão Processante, solicitando a dilação do prazo para a conclusão dos trabalhos;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 201 da Lei Complementar Municipal nº 078, de 13 de dezembro de 2023, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Guzolândia e autoriza a prorrogação do prazo para conclusão de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante encarregada da condução do Processo Administrativo Disciplinar nº 030/2026, instaurado pela Portaria nº 11, de 14 de janeiro de 2026

Art. 2º A Comissão Processante deverá, dentro do novo prazo estabelecido, concluir as diligências complementares necessárias e apresentar o relatório final conclusivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de vencimento do prazo original, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Guzolândia, aos 13 de março de 2026.

Luiz Antônio Pereira de Carvalho
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e Publicado na Secretaria da Prefeitura Municipal de Guzolândia – DOM.

Thales Natal Tieni Pereira
Procurador Geral

Sônia Regina Antunes Duarte
Secretária

Av. Paschoal Guzzo, Nº. 1065 – FONE (17)36378700 – FAX 36371146 – CEP:15355-000
CNPJ (MF) Nº. 45.746.112/0001-24 e-mail: prefeitura@guzolandia.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guzolândia

"Paço Municipal Prefeito Antonio Pereira de Carvalho"

ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

Processo Adm: Nº 7291/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL, PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO INFANTIL NO EXERCÍCIO DO ANO DE 2026.

Empresas vencedoras valor total: R\$ 44.157,90 (quarenta e quatro mil e cento e cinquenta e sete reais e noventa centavos): RILL QUIMICA LTDA EPP (67421040000188) com os lotes: 1, 2, 3, 5, 6, 15, 16 no valor total de R\$ 10.509,60 (dez mil e quinhentos e nove reais e sessenta centavos). LECI APARECIDA DE SOUZA JORGE LTDA (44871434000132) com os lotes: 14 no valor total de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais). LUMAR COMERCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA. (49228695000152) com os lotes: 7, 9, 10, 11, 13 no valor total de R\$ 2.532,30 (dois mil e quinhentos e trinta e dois reais e trinta centavos). LOLLY BRASIL LTDA (62367032000187) com os lotes: 12 no valor total de R\$ 1.352,00 (um mil e trezentos e cinquenta e dois reais). M.E.B. DISTRIBUIDORALTD (54198140000145) com os lotes: 4 no valor total de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais). EF. COMERCIAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA (57978754000138) com os lotes: 17 no valor total de R\$ 944,00 (novecentos e quarenta e quatro reais). WILSON PEREIRA DA SILVA - TACOS EPP (05006683000108) com os lotes: 8 no valor total de R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE GUZOLANDIA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 14.133/2021, e suas alterações, resolve ADJUDICAR e HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

GUZOLÂNDIA (SP), sexta-feira, 13 de março de 2026.

LUIZ ANTONIO PEREIRA DE CARVALHO
PREFEITO

Av. Paschoal Guzzo, nº 1065 – Fone (17) 3637-8700 – CEP 15355-033
CNPJ (MF) nº 45.746.112/0001-24 – e-mail: prefeitura@guzolandia.sp.gov.br



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUZOLÂNDIA



Estado de São Paulo

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 04/2026

Dispõe sobre a designação dos cargos dos membros da Comissão Especial Eleitoral do processo de escolha do Conselho Tutelar do Município de Guzolândia – SP.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DO MUNICÍPIO DE GUZOLÂNDIA/SP, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 86 da Lei Federal nº 8.069/1990 e pela Lei Municipal nº 1.741/2014,

CONSIDERANDO a instituição da Comissão Especial Eleitoral por meio da Resolução CMDCA nº 03/2026;

CONSIDERANDO a necessidade de definir os cargos dos membros que compõem a referida comissão;

RESOLVE:

Art. 1º – Ficam designados os cargos dos membros da Comissão Especial Eleitoral responsável pelo processo de escolha do Conselho Tutelar do Município de Guzolândia/SP, conforme segue:

I – Thais Carvalho Santana Ribeiro – Presidente;

II – Gabriel Barreto da Silva – Secretário;

III – Valéria Gomes Marsola Fernandes – Membro.

Art. 2º – A Comissão Especial Eleitoral deverá exercer suas atribuições em conformidade com a Lei Federal nº 8.069/1990, com a Lei Municipal nº 1.741/2014, com a Resolução CMDCA nº 02/2026 e com a Resolução CONANDA nº 231/2022.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guzolândia/SP, 13 de março de 2026.

Fabricio Antonio de Brito
Presidente do CMDCA

Rua Augusto Donegar, nº800 – Centro.
CEP: 15.355-000 – Guzolândia – SP
Estado de São Paulo



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUZOLÂNDIA



Estado de São Paulo

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 05/2.026

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 05/2.026

Dispõe sobre o cronograma do processo de **Eleição Suplementar para o Conselho Tutelar** do Município.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 86 da Lei Federal nº 8.069/1.990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei Municipal nº 1.741/2.014, e considerando as normas estabelecidas pela Resolução CONANDA nº 231/2.022, bem como as deliberações da Comissão Eleitoral constituída para condução do processo de escolha suplementar dos membros do Conselho Tutelar,

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o cronograma oficial do Processo de Eleição Suplementar para escolha de membros do Conselho Tutelar do Município, conforme segue:

Data	Etapa
17/03/2.026	Publicação do Edital
18/03/2.026 a 01/04/2.026	Período de inscrição dos candidatos
13/04/2.026	Divulgação da relação dos inscritos aptos e inaptos
15/04/2026 a 17/04/2.026	Prazo para recursos e impugnações das inscrições deferidas e indeferidas
23/04/2.026	Divulgação do resultado dos recursos
27/04/2.026	Publicação da lista final dos candidatos aptos com inscrição deferida
24/05/2.026	Realização da eleição
26/05/2.026	Publicação do resultado da apuração
01/06/2.026	Posse dos candidatos eleitos

Fabricio Antonio de Brito
Presidente do CMDCA

Guzolândia/SP, 13 de março de 2.026

Rua Augusto Donegar, nº800 – Centro.
CEP: 15.355-000 – Guzolândia – SP
Estado de São Paulo



CONSELHO TUTELAR DE GUZOLÂNDIA

Estado de São Paulo

Lei Federal nº. 8069/90 – Lei Municipal nº. 752/99

Rua: CABO MIRANDA, nº. 847 – Bairro: Centro - fone/Fax (17) 3637-1143 Tel. 24 h.(17)99627-7993.

E-mail conselhotutelarguz@hotmail.com

MINUTA DE REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE GUZOLÂNDIA/SP

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

Art. 1º - O presente Regimento Interno, disciplina o funcionamento do Conselho Tutelar de Guzolândia/SP, criado pela Lei Municipal nº 752, de 05 de março de 1999, alterada pela Lei Municipal de 1741, de 11 de junho de 2014.

Art. 2º - O Conselho Tutelar de Guzolândia é composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pelos cidadãos residentes no município.

§ 1º - Os membros do Conselho Tutelar serão nomeados e empossados pelo Prefeito Municipal, para mandato de 04 (quatro) anos, permitida a recondução, mediante novos processos de escolha

§ 2º - Recondução significa a possibilidade de exercício por mandatos subsequentes, ficando o candidato sujeito ao preenchimento de todos os requisitos para inscrição da candidatura e ao processo de escolha da comunidade.

Art. 3º - O Conselho Tutelar, funcionará em instalações exclusivas, fornecidas pelo Poder Público Municipal, à Rua Cabo Miranda, N: 847, na sede do Município.

Art. 4º - O atendimento ao público será realizado na sede do Conselho Tutelar, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, com a presença de no mínimo 2 (dois) Conselheiros/as Tutelares.

§ 1º - Para o atendimento de situações emergenciais fora do horário de expediente, bem como intervalo para o almoço, aos sábados, domingos e feriados, será realizada escala de sobreaviso nos moldes do previsto no presente Regimento Interno, que será afixada na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guzolândia, átrio municipal e outros setores dando ampla divulgação à população.

§ 2º - O conselheiro de sobreaviso contará com telefone móvel fornecido pelo Poder Público Municipal, cujo número será divulgado à população, juntamente com o número de telefone fixo do órgão, este, quando houver.

§ 3º - O Conselho Tutelar também se deslocará periodicamente, em caráter preventivo, ou sempre que solicitado, às localidades situadas fora da sede do município, assim como para realizar visitas de inspeção às entidades e programas de atendimento à criança e ao adolescente e outras diligências a seu cargo, caso em que permanecerão ao menos 02 (dois) membros do Conselho Tutelar em sua sede, durante o horário normal de expediente, de modo a garantir o regular atendimento ao público.

§ 4º - Os deslocamentos periódicos às localidades situadas fora da sede do município obedecerão a uma escala mensal previamente definida, sem prejuízo de outras diligências a serem naquelas realizadas, para atender a situações específicas que cheguem ao conhecimento do Conselho Tutelar ou em caráter preventivo.



CONSELHO TUTELAR DE GUZOLÂNDIA

Estado de São Paulo

Lei Federal nº. 8069/90 – Lei Municipal nº. 752/99

Rua: CABO MIRANDA, nº. 847 – Bairro: Centro - fone/Fax (17) 3637-1143 Tel. 24 h. (17)99627-7993.

E-mail conselhotutelarguz@hotmail.com

CAPÍTULO II - DAS ATRIBUIÇÕES:

Art. 5º - O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional encarregado pela comunidade local, de zelar pelo cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, definidos na Lei nº 8.069/90 e Constituição Federal.

Art. 6º - As atribuições do Conselho Tutelar do Conselho Tutelar estão descritas no artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8.069/90

Art. 7º - As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas, pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse (art. 137, da Lei nº 8.069/90).

Art. 8º - Sempre que necessário, os membros do Conselho Tutelar deverão orientar a todos que, na forma do disposto no art. 236, da Lei nº 8.069/90, constitui crime, punível de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção, impedir ou embaraçar a ação de membro do Conselho Tutelar, no exercício de atribuição prevista no referido Diploma Legal, podendo, a depender da situação, requisitar o concurso da força policial e mesmo dar voz de prisão àqueles que incorrerem na prática ilícita respectiva.

CAPÍTULO III - DA COMPETÊNCIA:

Art. 9º - O Conselho Tutelar é competente para atender qualquer criança ou adolescente em situação de risco, cujos pais ou responsável tenham domicílio na área territorial correspondente ao município de Guzolândia/SP (cf. arts. 138 c/c 147, inciso I, da Lei nº 8.069/90).

§ 1º - Quando os pais ou responsável forem desconhecidos, já falecidos, ausentes ou estiverem em local ignorado, é competente o Conselho Tutelar do local em que se encontra a criança ou adolescente (cf. arts. 138 c/c 147, inciso II, da Lei nº 8.069/90);

§ 2º - Tratando-se de criança ou adolescente cujos pais ou responsável tenham domicílio em outro município, realizado o atendimento emergencial, o Conselho Tutelar, comunicará o fato às autoridades competentes daquele local;

§ 3º - O encaminhamento da criança ou adolescente para município diverso somente será concretizado após a confirmação de que seus pais ou responsável são de fato lá domiciliados, devendo as providências para o recâmbio ser providenciadas pelo órgão público responsável pela assistência social do município de origem da criança ou adolescente, cujos serviços podem ser requisitados pelo Conselho Tutelar local, na forma prevista no art. 136, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.069/90;

§ 4º - Em nenhuma hipótese o recâmbio da criança ou adolescente a seu município de origem, ou a busca de uma criança ou adolescente cujos pais sejam domiciliados no município de Guzolândia e se encontre em local diverso, ficará sob a responsabilidade do Conselho Tutelar, ao qual incumbe apenas a aplicação da medida de proteção correspondente (art. 101, inciso I, da Lei nº 8.069/90), com a requisição, junto ao órgão público competente, dos serviços públicos necessários à sua execução (cf. art. 136, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.069/90);

§ 5º - Com o retorno da criança ou adolescente que se encontrava em município diverso, antes de ser efetivada sua entrega a seus pais ou responsável, serão analisadas, se necessário com o auxílio de profissionais das áreas da psicologia e assistência social,



CONSELHO TUTELAR DE GUZOLÂNDIA

Estado de São Paulo

Lei Federal nº. 8069/90 – Lei Municipal nº. 752/99

Rua: CABO MIRANDA, nº. 847 – Bairro: Centro - fone/Fax (17) 3637-1143 Tel. 24 h. (17)99627-7993.

E-mail conselhotutelarguz@hotmail.com

as razões de ter aquele deixado a residência destes, de modo a apurar a possível ocorrência de maus tratos, violência ou abuso sexual, devendo, conforme o caso, se proceder na forma do disposto no art. 6º, deste Regimento Interno.

CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO:

Seção I - Da estrutura administrativa do Conselho Tutelar:

Art. 10 - O Conselho Tutelar de Guzolândia conta com a seguinte estrutura administrativa:

- I – a Coordenação;
- II - a Secretaria Geral;
- III - o Colegiado;
- IV - o Conselheiro.

Seção II - Da Diretoria:

Art. 11 - O Conselho Tutelar elegerá, dentre os membros que o compõem, um Coordenador, um Vice-Coordenador e um Secretário-Geral.

§ 1º - O mandato do Coordenador, Vice- Coordenador e Secretário- Geral, terá duração de 12(doze) meses, permitida 01 (uma) recondução aos cargos respectivos;

§ 2º - Na ausência ou impedimento do Coordenador, a direção dos trabalhos e demais atribuições, serão exercidas sucessivamente pelo Vice-Coordenador e Secretário-Geral;

Art. 12 - As candidaturas aos cargos de diretoria serão manifestadas verbalmente, pelos próprios Conselheiros, perante os demais, na primeira sessão ordinária do Conselho Tutelar realizada após a posse ou na última sessão ordinária realizada antes do término do mandato da diretoria em exercício.

§ 1º - A votação será secreta, devendo cada Conselheiro votar em até 03 (três) candidatos;

§ 2º - Os mais votados serão, pela ordem, o Coordenador, o Vice-Coordenador e o Secretário-Geral;

§ 3º - No caso de empate, será realizado um sorteio entre os Conselheiros que tiverem obtido o mesmo número de votos.

Seção III - Da Coordenação:

Art. 13 - São atribuições do Coordenador:

- I - coordenar as sessões plenárias, participando das discussões e votações;
- II - convocar as sessões extraordinárias;
- III - representar o Conselho Tutelar em eventos e solenidades ou delegar a sua representação a outro Conselheiro;
- IV - assinar a correspondência oficial do Conselho;



CONSELHO TUTELAR DE GUZOLÂNDIA

Estado de São Paulo

Lei Federal nº. 8069/90 – Lei Municipal nº. 752/99

Rua: CABO MIRANDA, nº. 847 – Bairro: Centro - fone/Fax (17) 3637-1143 Tel. 24 h. (17)99627-7993.

E-mail conselhotutelarguz@hotmail.com

V - zelar pela fiel aplicação e respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, por todos os integrantes do Conselho Tutelar;

VI - participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de plantão;

VII - participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, quando necessário, levando ao conhecimento deste os casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes que não puderam ser solucionados em virtude de falhas na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente no município, efetuando sugestões para melhoria das condições de atendimento, seja através da adequação de órgãos e serviços públicos, seja através de criação e ampliação de programas de atendimento, nos moldes do previsto nos arts. 88, inciso III, 90, 101, 112 e 129, da Lei nº 8.069/90;

VIII - enviar mensalmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a relação de frequência e a escala de sobreaviso dos Conselheiros;

IX - comunicar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público os casos de violação de deveres funcionais e/ou suspeita da prática de infração penal por parte dos membros do Conselho Tutelar, prestando as informações e fornecendo os documentos necessários;

X - encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente os pedidos de licença dos membros do Conselho Tutelar, com as justificativas devidas;

XI - encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano a escala de férias dos membros do Conselho Tutelar e funcionários lotados no Órgão;

XII - exercer outras atribuições, necessárias para o bom funcionamento do Conselho.

XIII - Enviar relatório de atendimento especificando as violações de direitos

Seção IV - Da Secretaria:

Art. 14 - Ao Secretário-Geral compete, com o auxílio dos funcionários lotados no Conselho Tutelar:

I - zelar para que os casos recepcionados pelo Conselho Tutelar sejam devidamente formalizados em livro ou ficha apropriadas, com anotação de dados essenciais à sua verificação e posterior solução;

II - distribuir os casos aos Conselheiros, de acordo com uma sequência previamente estabelecida entre estes, respeitadas as situações de dependência, especialização ou compensação;

III - redistribuir entre os Conselheiros os casos não resolvidos nas hipóteses de afastamento do responsável por licença de saúde, ou quando este se der por impedido ou suspeito;

IV - preparar, junto com o Coordenador, a pauta das sessões ordinárias e extraordinárias;

V - secretariar e auxiliar o Coordenador, quando da realização das sessões, lavrando as atas respectivas;



CONSELHO TUTELAR DE GUZOLÂNDIA

Estado de São Paulo

Lei Federal nº. 8069/90 – Lei Municipal nº. 752/99

Rua: CABO MIRANDA, n.º. 847 – Bairro: Centro - fone/Fax (17) 3637-1143 Tel. 24 h. (17) 99627-7993.

E-mail conselhotutelarguz@hotmail.com

- VI - manter sob sua responsabilidade, na sede do Conselho, os livros, fichas, documentos e outros papéis do Conselho;
- VII - manter registro atualizado de todas as entidades e programas de atendimento às crianças e adolescentes existentes no município, comunicando a todos os demais Conselheiros quando das comunicações a que aludem os arts. 90, par. único e 91, *caput*, da Lei nº 8.069/90;
- VIII - cuidar dos serviços de digitação e expedição de documentos;
- IX - prestar informações que lhe forem solicitadas pelos Conselheiros ou por terceiros, observado o disposto no art. 5º, incisos XXXIII e XXXIV, da Constituição Federal, assim como nos arts. 143, 144 e 247, da Lei nº 8.069/90; art. 36, da resolução 231/2022 - Conanda
- X - participar também do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de plantão;
- XI - agendar os compromissos dos Conselheiros;
- XIII - elaborar, mensalmente, a escala de plantão e de visitas às entidades de atendimento existentes no município;
- XIII - registrar a frequência mensal dos Conselheiros ao expediente normal e aos sobreavisos;
- XIV - solicitar com a antecedência devida, junto à Secretaria ou Departamento municipal competente, o material de expediente necessário ao contínuo e regular funcionamento do Conselho Tutelar.

Seção V - Do Colegiado:

Art. 15 - O Conselho Tutelar se reunirá periodicamente em sessões ordinárias e extraordinárias.

§ 1º - As sessões ordinárias ocorrerão todas as terças-feiras ou quintas feiras intercalando dos dias na semana, no horário de expediente, na sede do Conselho Tutelar, com a presença mínima de três Conselheiros;

§ 1º Caso o número de casos atendidos seja elevado, deverá ser previsto um número maior de sessões plenárias deliberativas.

§ 2º - As sessões extraordinárias serão convocadas pelo Coordenador ou no mínimo, dois Conselheiros, podendo ocorrer a qualquer dia, horário e local, com prévia comunicação a todos os membros do Conselho Tutelar;

§ 3º - As sessões objetivarão a discussão e resolução dos casos, planejamento e avaliação de ações e análise da prática, buscando sempre aperfeiçoar o atendimento à população;

§ 4º - Serão também realizadas sessões periódicas especificamente destinadas à discussão dos problemas estruturais do município, bem como a necessidade de adequação do orçamento público às necessidades específicas da população infanto-juvenil;

§ 5º - Por ocasião das sessões referidas no parágrafo anterior, ou em sessão específica, realizada no máximo ao final de cada semestre, o Conselho Tutelar deverá discutir e avaliar seu funcionamento com a população e representantes do Conselho Municipal



CONSELHO TUTELAR DE GUZOLÂNDIA

Estado de São Paulo

Lei Federal nº. 8069/90 – Lei Municipal nº. 752/99

Rua: CABO MIRANDA, nº. 847 – Bairro: Centro - fone/Fax (17) 3637-1143 Tel. 24 h.(17)99627-7993.

E-mail conselhotutelarguz@hotmail.com

dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério Público e Poder Judiciário, de modo a aprimorar a forma de atendimento e melhor servir a população infanto-juvenil, sendo facultado à comunidade e demais autoridades a apresentação de sugestões e reclamações;

§ 6º - As deliberações do Conselho Tutelar serão tomadas por maioria simples dos Conselheiros presentes;

§ 7º - Em havendo empate numa primeira votação, os conselheiros reapresentarão os argumentos e tornarão a debater o caso até a obtenção da maioria;

§ 8º - Serão registrados em ata todos os incidentes ocorridos durante a sessão deliberativa, assim como as deliberações tomadas e os encaminhamentos efetuados;

Art. 16 - As sessões do Conselho Tutelar serão realizadas da seguinte forma:

I - Tratando-se de discussão e resolução de caso de criança ou adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional (conduta descrita pela lei como crime ou contravenção) a sessão será restrita, observado as regras dos arts. 143 e 247, da Lei nº 8.069/90;

II - Nestas situações bem como em outras que exigirem a preservação da imagem e/ou intimidade da criança ou do adolescente e de sua família

III - Para as sessões em que forem discutidos problemas estruturais do município, bem como a necessidade de adequação do orçamento público às necessidades específicas da população infanto-juvenil, poderão convidados representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim como dos órgãos públicos municipais encarregados da saúde, educação, assistência social, planejamento e finanças;

Parágrafo único - Todas as manifestações e votos dos membros do Conselho Tutelar serão abertas, sendo facultado ao(s) Conselheiro(s) vencido(s) o registro, em ata, de seu(s) voto(s) divergente(s).

Art. 17 - As datas, horários e locais em que serão realizadas as sessões ordinárias e extraordinárias serão previamente comunicados à autoridade judiciária, representante do Ministério Público e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, aos quais será permitido o acompanhamento do caso e a manifestação, antes da decisão do Conselho Tutelar.

Art. 18 - De cada sessão lavrar-se-á, uma ata simplificada, assinada por todos os Conselheiros presentes, com o resumo dos assuntos tratados, das deliberações tomadas e suas respectivas votações.

Seção VI - Do Conselheiro:

Art. 19 - A cada Conselheiro Tutelar em particular compete, entre outras atividades:

I - proceder sem delongas a verificação dos casos (estudo da situação pessoal, familiar, escolar e social) que lhe sejam distribuídos, tomando desde logo as providências de caráter urgente, preparando sucinto relatório, escrito em relação a cada caso para apresentação à sessão do Colegiado, cuidando da sua execução e do acompanhamento até que se complete o atendimento;

II - participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de plantão, comparecendo à sede do Conselho nos horários previstos para o atendimento ao público;



CONSELHO TUTELAR DE GUZOLÂNDIA

Estado de São Paulo

Lei Federal nº. 8069/90 – Lei Municipal nº. 752/99

Rua: CABO MIRANDA, n.º. 847 – Bairro: Centro - fone/Fax (17) 3637-1143 Tel. 24 h.(17)99627-7993.

E-mail conselhotutelarguz@hotmail.com

III - auxiliar o Coordenador e o Secretário nas suas atribuições específicas, especialmente na recepção de casos e atendimento ao público;

IV - discutir, sempre que possível, com outros Conselheiros as providências urgentes que lhe cabem tomar em relação a qualquer criança ou adolescente em situação de risco, assim como sua respectiva família;

V - discutir cada caso de forma serena respeitando às eventuais opiniões divergentes de seus pares;

VI - tratar com respeito e urbanidade os membros da comunidade, principalmente as crianças e adolescentes, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

VII - visitar a família de criança ou adolescente cuja verificação lhe couber;

VIII - executar outras tarefas que lhe forem destinadas na distribuição interna das atribuições do órgão.

Parágrafo único - É também dever do Conselheiro Tutelar declarar-se impedido de atender ou participar da deliberação de caso que envolva amigo íntimo, inimigo, cônjuge, companheiro(a) ou parente seu ou de cônjuge ou companheiro(a) até o 3º (terceiro) grau, ou suspeito sempre que tiver algum interesse na causa.

Art. 20 - É expressamente vedado ao Conselheiro Tutelar:

I - usar da função em benefício próprio;

II - romper sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Tutelar que integre;

III - manter conduta incompatível com o cargo que ocupa ou exceder-se no exercício da função de modo a exorbitar sua atribuição, abusando da autoridade que lhe foi conferida;

IV - recusar-se a prestar atendimento ou omitir-se a isso quanto ao exercício de suas atribuições quando em expediente de funcionamento do Conselho Tutelar;

V - aplicar medida de proteção contrariando a decisão colegiada do Conselho Tutelar;

VI - deixar de cumprir o sobreaviso de acordo com a escala previamente estabelecida;

VII - exercer outra atividade, incompatível com o exercício do cargo, nos termos da Lei;

VIII - receber, em razão do cargo, qualquer verba a título de honorários, gratificações, custas, emolumentos, diligências.

Art. 21 – São deveres do Conselheiro Tutelar, conforme dispõe o art. 40 da resolução 231/2022 do CONANDA:

I - manter conduta pública e particular ilibada;

II - zelar pelo prestígio da instituição;

III - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;

IV - obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;

V - comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal o dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o Regimento Interno;



CONSELHO TUTELAR DE GUZOLÂNDIA

Estado de São Paulo

Lei Federal nº. 8069/90 – Lei Municipal nº. 752/99

Rua: CABO MIRANDA, nº. 847 – Bairro: Centro - fone/fax (17) 3637-1143 Tel. 24 h. (17)99627-7993.

E-mail conselhotutelarguz@hotmail.com

- VI - desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;
- VII - declarar-se suspeitos ou impedidos, nos termos da Resolução 231/2022 - CONANDA ;
- VIII - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias;
- IX - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e de adolescente;
- X - residir no Município;
- XI - prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos;
- XII - identificar-se em suas manifestações funcionais; e XIII - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes.

Parágrafo único. Em qualquer caso, a atuação do membro do Conselho Tutelar será voltada à defesa dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, cabendo-lhe, com o apoio do colegiado, tomar as medidas necessárias à proteção integral que lhes é devida.

CAPÍTULO V - DO PROCEDIMENTO TUTELAR:

Art. 22 - As regras de procedimento do presente Capítulo devem ser interpretadas como orientações gerais, conforme art. 6º, da Lei nº 8.069/90.

Art. 23 - Para deliberar acerca das medidas a serem aplicadas à criança, adolescente, seus pais ou responsável, o Conselho Tutelar atuará necessariamente de forma conjunta, através do colegiado, discutindo inicialmente cada caso cuja verificação já foi concluída pelo Conselheiro encarregado do atendimento inicial, que atuará como relator, e votando em seguida as medidas propostas por este ou outro integrante.

§ 1º - A aplicação das medidas de proteção e destinadas aos pais ou responsável necessariamente levará em conta os princípios relacionados no art. 100, *caput* e par. único, da Lei nº 8.069/90;

§ 2º - Quando necessária a requisição de serviços públicos, nos moldes do previsto no art. 136, incisos III, letra "a" e VIII, assim como quando do oferecimento de representação em razão de irregularidade em entidade de atendimento ou quando da prática de infração administrativa (art. 136, inciso III, letra "b" e arts. 191 e 194, da Lei nº 8.069/90), ou nas hipóteses do art. 136, incisos X e XI, da Lei nº 8.069/90, será também exigida deliberação do colegiado do Conselho Tutelar;

§ 3º - Nas demais hipóteses relacionadas no art. 136, da Lei nº 8.069/90, é admissível que o atendimento inicial do caso seja efetuado por um único conselheiro, mediante distribuição, sem prejuízo de sua posterior comunicação ao colegiado, para que as decisões a ele relativas sejam tomadas ou reavaliadas;

§ 4º - O Conselheiro Tutelar que prestar o atendimento inicial a uma criança, adolescente ou família, preferencialmente, ficará vinculado a todos os demais casos que forem a estas relacionados, que lhe serão distribuídos por dependência, até sua efetiva solução;



DIÁRIO OFICIAL

Município de Guzolândia – SP

Eletrônico

www.guzolandia.sp.gov.br

Ano 2026 Edição nº 1071

segunda-feira, 16 de março de 2026

Lei Nº 2146, de 14 de abril de 2021



CONSELHO TUTELAR DE GUZOLÂNDIA

Estado de São Paulo

Lei Federal nº. 8069/90 – Lei Municipal nº. 752/99

Rua: CABO MIRANDA, nº. 847 – Bairro: Centro - fone/Fax (17) 3637-1143 Tel. 24 h. (17)99627-7993.

E-mail conselhotutelarguz@hotmail.com

§ 5º - A fiscalização de entidades de atendimento, nos moldes do previsto no art. 95, da Lei nº 8.069/90, será sempre realizada por, no mínimo, 02 (dois) Conselheiros, mediante escala mensal a ser elaborada, que deverão apresentar ao colegiado um relatório da situação verificada.

Art. 24 - Durante o horário de atendimento ao público, pelo menos 02 (dois) Conselheiros Tutelares deverão permanecer na sede do órgão, ressalvada a necessidade de deslocamento, em caráter emergencial, para atendimento imediato de casos urgentes.

§ 1º - Será afixado, de forma visível a todos os cidadãos na sede do Conselho Tutelar, o nome e telefone do Conselheiro que estará de sobreaviso fora dos dias e horários de funcionamento;

§ 2º - O Conselho Tutelar providenciará para que todos os órgãos e instituições que prestem atendimento emergencial à criança e adolescente, como hospitais, postos de saúde, Polícias Civil e Militar, Vara da Infância e da Juventude, Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude e outros sejam informadas do telefone e endereço dos Conselheiros Tutelares de plantão, assim como da escala respectiva.

Art. 25 - Ao receber o Conselho Tutelar qualquer notícia de criança ou adolescente em situação de risco, seja por comunicação de algum cidadão, dos pais ou da própria criança ou adolescente, seja de autoridade ou de funcionário público, seja de forma anônima, via postal ou telefônica, ou ainda por constatação pessoal, anotar os principais dados em livro ou ficha apropriada, distribuindo-se o caso de imediato a um dos Conselheiros, que desencadeará logo a verificação do caso.

§ 1º - Fora do horário normal de expediente as providências de caráter urgente serão tomadas pelo Conselheiro de sobreaviso, independentemente de qualquer formalidade, procedendo depois ao registro dos dados essenciais para a continuação da verificação e demais providências;

§ 2º - Tal verificação far-se-á por qualquer forma de obtenção de informações, especialmente por constatação pessoal do Conselheiro, através de visita à família ou a outros locais, ouvida de pessoas, solicitação/requisição de exames ou perícias e outros;

§ 3º - Concluída a verificação, o Conselheiro encarregado fará um relatório do caso, registrando as principais informações colhidas, as providências já adotadas, as conclusões e as medidas que entende adequadas;

§ 4º - Na sessão do Conselho fará o encarregado primeiramente o relatório do caso, passando em seguida o colegiado a discussão e votação das medidas de proteção aplicáveis a criança ou adolescente (art. 101, I a VII do Estatuto da Criança e do Adolescente), aos pais e responsáveis (art. 129, I a VII do Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como outras iniciativas e providências que o caso requer;

§ 5º - Caso entenda o Conselho serem necessárias mais informações e diligências para definir as medidas mais adequadas, transferirá o caso para a ordem do dia da sessão seguinte, providenciando o Conselheiro encarregado a complementação da verificação;

§ 6º - Entendendo o Conselho Tutelar que nenhuma providência lhe cabe adotar, arquivará o caso, registrando a decisão em livro próprio e efetuando as comunicações devidas;

§ 7º - Definindo o Colegiado as medidas, solicitações e providências necessárias o Conselheiro Tutelar encarregado do caso providenciará de imediato sua execução, comunicando-as expressamente aos interessados, expedindo as notificações

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001.

O Município de Guzolândia garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.guzolandia.sp.gov.br

Diário Oficial Eletrônico – Guzolândia – SP

Página

16





CONSELHO TUTELAR DE GUZOLÂNDIA

Estado de São Paulo

Lei Federal nº. 8069/90 – Lei Municipal nº. 752/99

Rua: CABO MIRANDA, n.º. 847 – Bairro: Centro - fone/Fax (17) 3637-1143 Tel. 24 h.(17)99627-7993.

E-mail conselhotutelarguz@hotmail.com

necessárias (cf. art. 136, inciso VII, da Lei nº 8.069/90), tomando todas as iniciativas para que a criança e/ou adolescente sejam efetivamente atendidos e seus problemas resolvidos;

§ 8º - Se no acompanhamento da execução o Conselheiro encarregado verificar a necessidade de alteração das medidas ou de aplicação de outras (cf. art. 99, da Lei nº 8.069/90), levará novamente o caso à próxima sessão do Conselho, de maneira fundamentada;

§ 9º - Cumpridas as medidas e solicitações e constatando o encarregado que a criança e ao adolescente voltaram a ser adequadamente atendido em seus direitos fundamentais, o Colegiado arquivará o caso, registrando a decisão em livro próprio e efetuando as comunicações devidas.

Art. 26 - Em recebendo o Conselho Tutelar notícia de fato que caracterize, em tese, infração penal praticada contra criança ou adolescente, inclusive em razão do disposto nos arts. 13 e 56, inciso I, da Lei nº 8.069/90, será efetuada imediata comunicação ao Ministério Público (cf. art. 136, inciso IV, da Lei nº 8.069/90).

CAPÍTULO VI - DOS SERVIÇOS AUXILIARES:

Art. 27 - São auxiliares do Conselho Tutelar os técnicos e servidores designados ou postos à disposição pelo Poder Público.

Parágrafo único - Os servidores, enquanto à disposição do Conselho Tutelar, ficam sujeitos à coordenação e orientação do seu Presidente.

CAPÍTULO VII - DA VACÂNCIA:

Art. 28 - A vacância na função de Conselheiro Tutelar dar-se-á por:

I - falecimento;

II - perda do mandato;

III - renúncia.

Art. 29 - A vaga será considerada aberta na data do falecimento, na estabelecida na renúncia, ou da publicação da sentença irrecorrível que gerar a perda do mandato.

Art. 30 - O falecimento do Conselheiro deverá ser comunicado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelo Coordenador do Conselho Tutelar, dentro de, no máximo 05 (cinco) dias, contados da sua data.

Art. 31 - O pedido de renúncia será imediatamente encaminhado pelo próprio interessado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO VIII - DAS PENALIDADES:

Art. 32 - Estará sujeito às sanções administrativas o Conselheiro Tutelar que, podendo ser as relacionadas no art. 57, 59, 60 e 61 de Lei Municipal 1.741/2014

I - faltar a cinco sessões alternadas ou três consecutivas sem justificativa aprovada pela Coordenação do Órgão;

II - descumprir os deveres inerentes à função;

III - for condenado por crime ou contravenção com sentença transitada em julgado;



CONSELHO TUTELAR DE GUZOLÂNDIA

Estado de São Paulo
Lei Federal nº. 8069/90 – Lei Municipal nº. 752/99
Rua: CABO MIRANDA, n.º. 847 – Bairro: Centro - fone/Fax (17) 3637-1143 Tel. 24 h.(17)99627-7993.
E-mail conselhotutelarguz@hotmail.com

IV - praticar alguma das condutas previstas no art. 58 da Lei Municipal nº 1.741/2014 e no art. 19 deste Regimento Interno.

Art. 33 - Nas hipóteses relacionadas nos incisos I, II e IV do artigo anterior, o Conselheiro Tutelar será submetido a um procedimento administrativo próprio, perante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos moldes do previsto nos arts. 54 a 56, da Lei Municipal nº1.741/2014, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos moldes do previsto no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal.

§ 1º - No curso do procedimento administrativo, poderá ser determinado o afastamento cautelar do Conselheiro Tutelar acusado do exercício das funções.

§ 2º - Havendo a suspeita da prática, em tese, de infração penal por parte de membro do Conselho Tutelar, será o fato comunicado ao representante do Ministério Público, para a tomada das providências cabíveis, na esfera criminal.

CAPÍTULO IX – DA REMUNERAÇÃO e GARANTIAS

Art. 34 - Os Conselheiros receberão remuneração mensais, através do Departamento Municipal de Assistência Social, seguindo o normatizado conforme art. 29 e 30 da Lei Municipal 1.741/2014

Art. 35 - O Conselheiro Tutelar continuará recebendo sua remuneração, uma vez afastado por licença médica, pelo período não superior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo único - O atestado médico que recomende a licença será, obrigatoriamente, enviado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no prazo de 02 (dois) dias após sua expedição, para conhecimento e convocação do suplente.

Art. 36 - Os Conselheiros Tutelares terão direito à licença-maternidade de 180 (cento e oitenta) dias e à licença-maternidade de 07 (sete) dias, nos moldes do previsto no art. 7º, incisos XVIII e XIX, da Constituição Federal e art. 30, da Lei Municipal nº 1.741/2014, sem prejuízo de sua remuneração

§ 1º - A escala de férias deverá ser enviada pelo Coordenador e/ou Secretário Geral do Conselho Tutelar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, até o dia 30 (trinta) de janeiro de cada ano;

§ 2º - Não serão permitidas férias de mais de 02 (dois) Conselheiros Tutelares durante o mesmo período.

Art. 38 - Ocorrendo vacância, licenças, férias ou qualquer outra causa que determine o afastamento do Conselheiro Tutelar titular, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente convocará imediatamente o suplente para assumir a função, tendo este direito a receber os subsídios devidos pelo período em que efetivamente vier a ocupar a respectiva vaga, sem prejuízo da continuidade do pagamento dos subsídios ao titular, quando estes forem devidos.

CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES FINAIS:

Art. 39 - O presente Regimento Interno poderá ser alterado por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Tutelar de Guzolândia, em sessão extraordinária designada especificamente para este fim, da qual será feita comunicação ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério Público e Poder Judiciário, assim como dada ampla publicidade à população local.

§ 1º - Este Regimento Interno deverá ser revisto sempre que houver alterações nas legislações específicas que estejam diretamente afeta ao funcionamento do conselho



CONSELHO TUTELAR DE GUZOLÂNDIA

Estado de São Paulo

Lei Federal nº. 8069/90 – Lei Municipal nº. 752/99

Rua: CABO MIRANDA, nº. 847 – Bairro: Centro - fone/fax (17) 3637-1143 Tel. 24 h. (17)99627-7993.

E-mail conselhotutelarguz@hotmail.com

tutelar e/ou no prazo máximo de 12 (doze) meses da data de sua publicação na Imprensa Oficial do Município, caso haja necessidade.

§ 2º - As propostas de alteração serão encaminhadas à Coordenação do Conselho Tutelar pelos próprios Conselheiros Tutelares, representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guzolândia, Ministério Público, Poder Judiciário, Câmara Municipal e população em geral.

Art. 40 - As situações omissas no presente regimento serão resolvidas pela plenária do próprio Conselho Tutelar.

Art. 41 - Este Regimento Interno entrará em vigor após encaminhado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guzolândia e devidamente publicado pela Imprensa Oficial do Município.

Parágrafo único - Cópia integral deste Regimento Interno será afixada na sede do Conselho Tutelar, para conhecimento do público em geral.

Art. 42 – Revogam-se as disposições em contrário do regimento anterior.

Guzolândia, 12 de março de 2026

Cristiene da Silva Vieira
(Presidente)

Bruna Lopes Batista dos Santos
(Vice-presidente)

Naele da Silva Rocha
(1º Secretária)

Celia Regina dos Santos Miranda
(2º Secretária)